

Déficits expõem Brasil ao perigo

Adotando postura defensiva, FMI teme falhas como as da omissão nas crises mexicana e asiática

GILSON LUIZ EUZÉBIO

Os alertas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird) ao Governo brasileiro, feitos nos últimos dias, revelam uma posição defensiva dos dois organismos, que falharam na previsão da crise mexicana, no final de 1994, e nas mais recentes crises que atingiram os tigres asiáticos. Eles saíram desgastados em todos esses casos, porque, além de não prever as crises, ainda citavam aqueles países como exemplo a ser seguido, diz Paulo Nogueira Batista Júnior, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). "Não

falam nenhuma novidade", comenta Carlos Guzzo, diretor do Banco Pontual.

Todos sabem, afirma Guzzo, que quando o déficit de contas correntes (o resultado de todos os pagamentos e recebimentos do país com o exterior) se aproxima dos 5% do produto interno bruto (PIB) "acende a luz amarela". De janeiro a agosto deste ano, o Brasil acumulou déficit de 3,88% do PIB (US\$ 19,9 bilhões).

Em 12 meses, o déficit externo chega a 4,3% do PIB. Além disso, o País acumula déficit nas contas internas de 3,08% do PIB, incluindo as despesas com juros, segundo o Banco Central. Mas nos últimos meses o desequilíbrio nas contas internas e externas tem apresentado uma pequena redução, graças à queda nos déficits comerciais (exportações menos importações) e ao uso de recursos da privatização para tampar parte do rombo.

Mesmo assim, o Tesouro Nacional acumulou R\$ 10,2 bilhões de déficit até o mês passado. "A posição brasileira é

vulnerável e é percebida de forma ampla. De um ano para cá, as críticas internas e externas se tornaram consensuais", ressalta Batista Júnior. Ele lembra, porém, que o Brasil não corre risco imediato de um ataque especulativo, como os que atingiram os países da Ásia. Mas há "uma desconfiança".

Correção - As crises nos outros países fizeram o Governo brasileiro adotar medidas, como correção gradativa do câmbio. "Hoje o Brasil está na defensiva, a posição brasileira é frágil", afirma o professor. Segundo ele, o Governo Fernando Henrique está acomodado e

não adota medidas necessárias para equilibrar as contas públicas, e é movido apenas pelo calendário eleitoral. "Mais relevante é a questão fiscal (gastos superiores às receitas)", concorda Guzzo. Se melhorar o equilíbrio interno, o País terá maior segurança para manter o Plano Real. Ele acredita, porém,

que reformas estruturais só virão em 1999, se Fernando Henrique for reeleito presidente da República. Até lá, o Governo tem instrumentos para evitar o crescimento do déficit externo e terá receitas com a venda das empresas do setor elétrico e de telecomunicações.

As contas brasileiras em 1998 devem ser melhores do que as deste ano, prevê Guzzo. "Só tenho uma dúvida: como ficam os gastos dos Estados num ano eleitoral" Se os governadores não partirem para a "farra eleitoral", o déficit será reduzido, porque a União vai assumir R\$ 104 bilhões de dívidas estaduais e reduzir as despesas com juros.

Quando o déficit em contas correntes se aproxima de 5% do PIB, acende uma luz amarela. O Brasil acumulou 4,3% do PIB em déficit nos últimos 12 meses

Carlos Guzzo

O DRAMA DA ECONOMIA BRASILEIRA

Dívida interna líquida	R\$ 242,4 bilhões	29,1% do PIB	
Dívida externa líquida	R\$ 35,4 bilhões	4,3% do PIB	
Dívida dos Estados e Municípios	R\$ 106,4 bilhões		
Dívida das empresas estatais	R\$ 41,1 bilhões		
 Déficit do Tesouro Nacional			
agosto	R\$ 647 milhões		
janeiro a agosto	R\$ 10,228 bilhões		
 Déficit em transações correntes			
agosto	Acomulado no ano		
US\$ -1,9 bilhão	US\$ -19,9 bilhões	3,88% PIB	
 Balança comercial			
mês	exportações	importações	
agosto	US\$ 5,073 bilhões	US\$ 5,388 bilhões	saldo
Janeiro a agosto	35,097 bilhões	40,070	US\$ -4,973
 Serviços (juros, viagens, transportes, seguros, remessa de lucros e dividendos)			
agosto	Acomulado no ano		
US\$ -1,725 bilhão	US\$ -16,430 bilhões		